

ANC

Afif quer expor custo e imposto de mercadorias

SALVADOR
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) pediu ontem aos lojistas, reunidos no 28º congresso da categoria, em Salvador, apoio a sua emenda que propõe a discriminação dos valores do custo de todas as mercadorias e dos impostos cobrados. Dessa forma, segundo ele, "os consumidores irão saber o quanto contribuem para manter a máquina do Estado e terão condições de cobrar melhor aplicação dos recursos públicos". A máquina do Estado foi criticada pelo constituinte também quando ele se solidarizou com o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, cuja corretora foi punida pela burocracia do Banco Central, porque ele denunciou que está sendo preparado um calote na dívida pública interna. "Ele foi vítima da estatocracia na mesma proporção em que eu fui, quando denunciei os juros escorchantes, no tempo do regime militar", disse Afif.

No congresso dos lojistas, que se realiza no Centro de Convenções de Salvador, Afif explicou aos participantes que é preciso pressionar a Comissão de Sistematização da Constituinte para apoiar sua emenda, que torna transparente a presença dos impostos no custo das mercadorias. Ele também fez severas críticas à estabilidade no emprego tal como proposta no substitutivo do relator Ber-

nardo Cabral, pois, em sua opinião, ela vai desestabilizar as empresas e, em consequência, a economia do País. "É um grande absurdo. Até a União Soviética quer mudar esse tipo de coisa, pois a garantia de emprego ampla demais gera baixa produtividade. A concorrência por emprego é salutar."

Para Afif, "democracia é poder escolher patrões. Quanto mais patrões existirem, maior a liberdade de escolha do cidadão. Democracia de verdade é a que permite ao empregado de hoje ser o patrão de amanhã". Em defesa de sua tese, citou uma pesquisa recentemente realizada em São Paulo, na qual 77% dos entrevistados revelaram que sonham ter seu próprio negócio. Em sua palestra, o constituinte liberal convocou os empresários a fazer política. Segundo ele, "quem gera emprego não deve ter medo de política. Vamos ter a audácia dos aventureiros, porque os verdadeiros agentes da justiça social somos nós. Nossa função social não é egoísta, é muito mais aprofundada que a função social do Estado. No Estado a função social é a do sócio, não a da sociedade, porque o Estado tira dinheiro de todos para distribuir entre uns poucos. Por isso, os empresários devem participar ativamente da vida política. E nas próximas eleições municipais devem usar sua influência para eleger prefeitos e vereadores". Ele criticou o espírito "antilucro" que está emergindo da discussão da Comissão de Sistematização da Constituinte.

"A revolução da liberdade"

"A nova Constituição deve consumir a revolução da liberdade que a Nação deseja e precisa, consagrando em seu texto princípios que libertem os brasileiros da asfixia e da paralisia de uma gigantesca máquina estatal, onerosa, e ineficiente, abrindo as portas da economia nacional para a iniciativa privada e o trabalho profissional em todos os níveis." A afirmação consta da Declaração de Princípios do Distrito 461, do Rotary Internacional, entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelos rotarianos Jorge Nahas Siufi, também vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, e Paulo de Azevedo Marques, presidente do Fórum Rotá-

rio de Debates e Relações Governamentais.

O documento destaca que "a reafirmação dos postulados da liberdade econômica como fundamento da democracia política é mais do que oportuna na encruzilhada histórica em que se acha nosso país". Diz ainda que o exercício da atividade econômica cabe aos empreendimentos privados, segundo as leis que regem o mercado. Por isso, "o estímulo do Estado deve ser orientado sempre para proteger a livre concorrência, sem favoritismo de qualquer espécie, nem mesmo para as atividades que o Estado foi obrigado, provisoriamente, a assumir".

Reúne-se hoje CPI do Índio

Reúne-se hoje a CPI composta por senadores e deputados com a finalidade de examinar a documentação que lhe foi remetida por O Estado de S. Paulo e que diz respeito à restrição da soberania nacional na região amazônica, denunciada pelo jornal.

O envio da documentação decorreu de solicitação aprovada por todos os membros da comissão mista e ratificada por ocasião do depoimento do diretor-responsável do Estado, jornalista Júlio de Mesquita Neto. A caracterização da idoneidade dos documentos que fundamentaram a série de reportagens-denúncia sobre a atuação do Conselho Indigenista Missionário na região amazônica, segundo o presidente da CPI, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), será fundamental para orientar os seus membros na inquirição dos depoentes já convocados. Entre estes, o ministro do Exército, o comandante militar da Amazônia, um representante do Conselho de Segurança Nacional e os presidentes da CNBB e do Cimi.

Amazonino defende integração indígena

"O Brasil precisa enfrentar a ameaça representada pela cobiça internacional sobre a Amazônia. Há muitas teses falsas e interesses escusos envolvendo as terras indígenas. Enquanto, no Rio Negro, índios morrem de tuberculose, gasta-se mais dinheiro com propaganda para a defesa de fronteiras indígenas do que para lhes dar saúde." A advertência é do governador Amazonino Mendes, do Amazonas, que está em São Paulo para mostrar projetos de desenvolvimento regional a investidores paulistas da Zona Franca de Manaus.

Amazonino entende que os índios amazônicos e sua cultura milenar devem ser preservados. "Mas, o índio aculturado, já integrado na nossa civilização, deve perder a tutela do Estado e ser submetido às leis nacionais, pois deixou de ser relativamente incapaz", explicou.

O governador do Amazonas condena as "teses radicais", pois a preservação "pura e simples" da região amazônica "significa a renúncia brasileira a um território de cinco bilhões de km² e implica o não uso de suas riquezas minerais".